

A PARTICIPAÇÃO DE ACADÊMICOS DA UNIASSELVI NO PROJETO DE EXTENSÃO “A IMPORTÂNCIA DO LEGISLATIVO MUNICIPAL NO ÂMBITO DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA”

THE PARTICIPATION OF UNIASSELVI STUDENTS IN THE EXTENSION PROJECT “A IMPORTÂNCIA DO LEGISLATIVO MUNICIPAL NO ÂMBITO DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA”

Luciane da Luz - Uniasselvi

Mayra Coan Lago – Uniasselvi

Walter Marcos Knaesel Birkner

luciane.luz@uniasselvi.com.br, mayra.lago@uniasselvi.com.br,
walter.birkner@uniasselvi.com.br

Resumo. Em 2023, o curso de Ciência Política da Uniasselvi lançou o projeto de extensão "A importância do legislativo municipal no âmbito da democracia representativa", em que os alunos acompanham sessões da Câmara dos Vereadores para compreender o seu trabalho. O objetivo é analisar a participação dos acadêmicos no projeto, considerando as informações institucionais, os questionários e os relatórios que foram entregues. A partir da análise notamos que 238 estudantes se inscreveram, provenientes de 77 cursos da instituição, sendo que 145 concluíram. Eles participaram de sessões com temáticas relacionadas aos seus cursos demonstrando que o projeto tem contribuído para a aplicação dos conhecimentos adquiridos no curso à realidade política local.

Palavras-chave: projeto de extensão; Legislativo Municipal; democracia representativa.

Abstract: In 2023, the Political Science course at Uniasselvi launched the extension project "The importance of municipal legislation in the scope of representative democracy," where students attend sessions of the City Council to understand its work. The objective is to analyze the participation of students in the project by considering institutional information, questionnaires, and reports that were submitted. From the analysis, we noted that 238 students registered, coming from 77 courses at the institution, with 145 completing it. They participated in sessions related to their courses, demonstrating that the project has contributed to the application of the knowledge acquired in the course to the local political reality.

Keywords: extension project; Municipal Legislature; Representative Democracy.

1 Introdução

Em 1988, a Constituição Federal brasileira reconheceu a relevância da integração entre as atividades acadêmicas e a comunidade, consagrando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como um dos pilares fundamentais das Universidades. Desde então, diversas instituições públicas e privadas, como o Centro Universitário Leonardo da Vinci (Uniasselvi), têm se dedicado a promover iniciativas extensionistas em seus cursos.

A despeito destas ações mais informais, em 2018, o Ministério da Educação promulgou a Resolução n.7, que estabeleceu as diretrizes para a extensão na educação superior Brasileira. A partir deste documento ficaram definidos os princípios, fundamentos e procedimentos que devem ser observados no planejamento, nas políticas, na gestão e na avaliação das instituições de educação superior de todos os sistemas de ensino do país. A resolução estabeleceu que “*são consideradas atividades de extensão as intervenções que envolvam*

*diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante*¹. No caso dos cursos superiores à distância, considerou-se que as atividades de extensão devem ser realizadas presencialmente, em região compatível com o polo de apoio presencial no qual o estudante esteja matriculado.

Os programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços para as comunidades são considerados modalidades de extensão. Também por meio deste documento que ficou estabelecido que as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos. As instituições tiveram três anos para implantar o disposto nas diretrizes a contar da data da sua homologação.

A partir disso, as instituições de ensino organizaram-se para aprimorar as suas práticas. No caso da Uniasselvi, o regulamento das atividades de extensão foi aprovado em 2022, sendo que sua concepção, diretrizes, princípios e modalidades estão em consonância com a resolução do MEC supracitada, mas com alguns detalhamentos acerca das modalidades de extensão consideradas.

Ainda de acordo com o regulamento da Uniasselvi², as atividades extensionistas podem ser propostas por coordenadores de jornada acadêmica, supervisores de disciplina, tutores internos e externos, gestão acadêmica dos polos, acadêmicos e comunidade externa em geral via Edital. Ademais, estas ações devem estar alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas³. Os ODS estão sistematizados nas seguintes áreas temáticas: Comunicação; Cultura; Direitos Humanos e Justiça; Educação; Meio Ambiente; Saúde; Tecnologia e Produção; e Trabalho.

A fim de contribuir para o desenvolvimento e organização das atividades de extensão, em 2023, o curso de Ciência Política da Uniasselvi lançou o projeto de extensão "A importância do legislativo municipal no âmbito da democracia representativa", cujo objetivo é acompanhar as sessões da Câmara de Vereadores para os acadêmicos observarem o trabalho dos vereadores na análise, no debate e na votação dos projetos enviados ao legislativo municipal, bem como os posicionamentos dos vereadores diante de outros temas de interesse público.

¹ Resolução n.7, de 18 de dezembro de 2018. Disponível em: rce.uniselvi.edu.br/ces007_18. Acesso em 10 de dezembro de 2024.

²Resolução n.141-A/2022, de 30 de novembro de 2022. Disponível em: <https://portal.uniasselvi.com.br/public/files/extensao/resolucao141.pdf> . Acesso em 10 de dezembro de 2024.

³ Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são uma agenda mundial adotada durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável em setembro de 2015. Nesta agenda estão previstas ações mundiais em diversas áreas visando acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima, e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade até o ano de 2030. Esta agenda foi assinada por 193 países, incluindo o Brasil, e propõe um trabalho conjunto, de toda a sociedade, para um mundo mais justo, igualitário e sustentável. Para alcançar os objetivos, a agenda contém 17 Objetivos e 169 metas. Os 17 objetivos são: ODS 1 - Erradicação da Pobreza, ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável, ODS 3 - Saúde e Bem Estar, ODS 4 - Educação de Qualidade, ODS 5 – Igualdade de Gênero, ODS 6 - Água potável e saneamento, ODS 7 - Energia limpa e acessível, ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico, ODS 9 - Indústria, inovação e infraestrutura, ODS 10 - Redução das desigualdades, ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis, ODS 12 - Consumo e produção responsáveis, ODS 13 - Ação contra a mudança global do clima, ODS 14 - Vida na água, ODS 15 - Vida Terrestre, ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições eficazes e ODS 17 - Parcerias e meios de implementação. Fonte: Nações Unidas Brasil. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 9 de dezembro de 2024.

Deste modo, o projeto abrange os ODS 4 – Educação de Qualidade – e ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Embora o projeto tenha como público-alvo os alunos do curso proponente, os demais da instituição são elegíveis, sendo necessário apenas que os acadêmicos tenham conhecimento prévio sobre o tema, que pode ser adquirido por meio de leituras prévias que são sugeridas no projeto ou decorrentes de conhecimentos já desenvolvidos por meio das disciplinas do curso. Por esta razão, desde a proposição até o momento, o projeto teve estudantes inscritos de diversos cursos da instituição.

O objetivo deste artigo é analisar a participação dos acadêmicos no projeto, considerando as informações institucionais e os relatórios que foram entregues. Para lográ-lo, compartilharemos os dados do sistema e, em seguida, os comentários dos relatórios entregues como comprovação. Com isso, esperamos compreender de que forma o projeto tem sido realizado, considerando as oportunidades e os desafios de sua realização por parte de acadêmicos do Brasil inteiro. Assim, a partir destas reflexões buscaremos aprimorar o projeto e seguir contribuindo para a formação acadêmica e cidadã dos estudantes de Ciência Política, em particular, e dos demais cursos, em geral.

2. Breves reflexões sobre o projeto de extensão e seus desdobramentos

Os acadêmicos da Uniasselvi têm uma gama de possibilidades de projetos de extensão para se inscrever e desenvolver. Antes de se inscreverem, eles devem identificar no local de extensão no seu ambiente virtual de aprendizagem quais estão contemplados no seu curso. Em seguida, devem ler o projeto na íntegra que conta com informações e orientações detalhadas sobre a atividade de extensão explicitadas que incluem elementos como: título da temática; modalidade da extensão; os ODS; curso proposito; competências; resumo; introdução e fundamentação teórica; carga horária; proponente; objetivos; justificativa; conhecimento prévio do acadêmico; metodologia; público-alvo; etapas; e entre outros.

O projeto de extensão “A importância do legislativo municipal no âmbito da democracia representativa” tem como objetivo acompanhar sessões da Câmara de Vereadores para observar o trabalho dos vereadores na análise, no debate e na votação dos projetos enviados ao legislativo municipal, bem como os posicionamentos dos vereadores diante de outros temas de interesse público. Para lograr o objetivo, ele possui 60 horas de carga horária e é composto por seis etapas principais, conforme consta na tabela 1:

Tabela 1 - Etapas do projeto de extensão

Etapas	Descrição
1ª etapa: Leituras e preparação	Os alunos devem ler três artigos científicos que debatem a questão da democracia e apresentam os parâmetros conceituais necessários para a definição de democracia representativa.

2 ^a etapa: Contato com a Câmara de Vereadores	Os alunos devem entrar em contato com a Câmara de Vereadores seguindo as orientações fornecidas no projeto de extensão.
3 ^a etapa: observação das sessões e dinâmicas da Câmara de Vereadores	Os alunos devem acompanhar, pelo menos, duas a três sessões na Câmara de Vereadores, da temática que julgarem pertinente.
4 ^a . Etapa: A partir das observações, realizar entrevistas com os impactados nas ações discutidas para contrapor as visões do feedback	Os alunos devem realizar entrevistas com algumas pessoas da sua comunidade, que se interessam pela temática que estão acompanhando, seguindo as orientações que constam no projeto. A ideia é que os acadêmicos reflitam sobre os impactos e as percepções sentidas a partir dos projetos defendidos nas sessões da câmara que observou.
5 ^a etapa: Análise das observações realizadas na Câmara de Vereadores	Os alunos devem refletir sobre o que acompanharam contrastando com as entrevistas realizadas, seguindo as orientações disponibilizadas no projeto e no relatório que deve ser entregue no momento que concluírem o projeto.
6 ^a Etapa: Feedback à comunidade	Os acadêmicos devem retornar os conhecimentos produzidos à comunidade, a partir de uma participação na tribuna livre na Câmara de Vereadores. Caso essa ação seja vetada, o acadêmico deverá realizar a apresentação do relatório diretamente ao presidente da Câmara ou a quem ele indicar.

Fonte: elaboração própria.

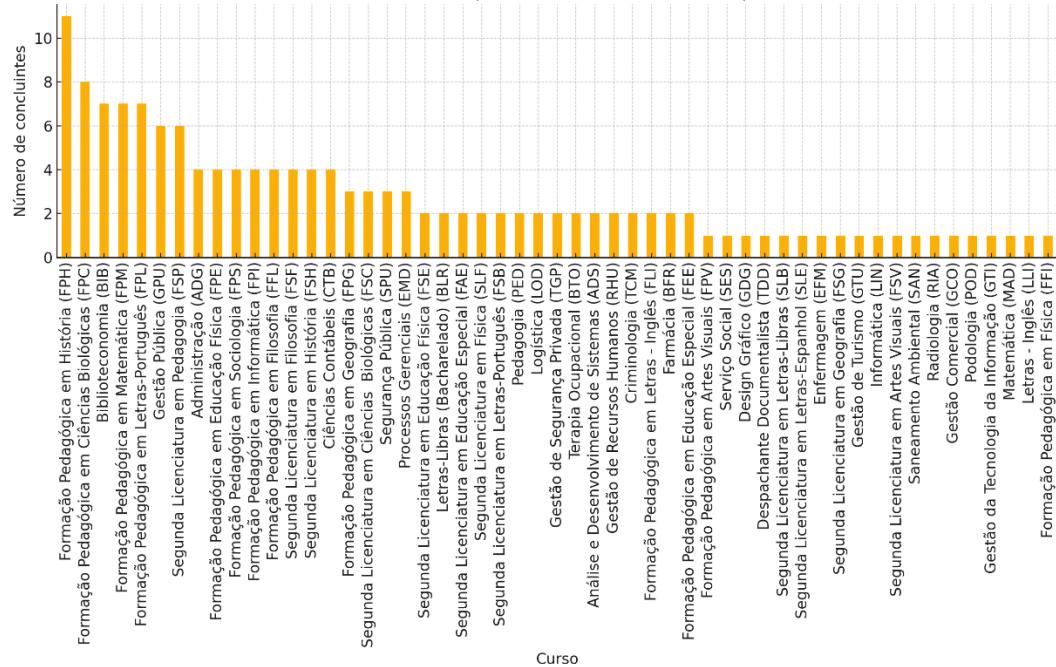
O cumprimento rigoroso das etapas do projeto de extensão é essencial para garantir a profundidade da experiência formativa proposta. Cada fase foi pensada para proporcionar ao aluno não apenas o entendimento teórico da democracia representativa, mas também sua vivência prática, crítica e contextualizada. Ao iniciar com leituras teóricas, o aluno constrói a base conceitual necessária para interpretar as dinâmicas políticas observadas nas sessões da Câmara de Vereadores. O contato direto com o legislativo, as observações presenciais, as entrevistas com a comunidade e a análise crítica dessas informações ampliam a percepção do aluno sobre o papel social do legislador e os impactos reais das decisões políticas. Finalizar o projeto com o retorno do conhecimento à comunidade fortalece o compromisso ético do estudante com a sociedade e consolida sua atuação cidadã. Assim, seguir cada etapa de forma comprometida garante não apenas a conclusão do projeto, mas uma formação mais reflexiva, crítica e conectada com a realidade.

A partir da análise notamos que 238 estudantes se inscreveram, provenientes de 77 cursos da instituição⁴, sendo que 145 concluíram⁵. Estes são provenientes de 55 cursos da IES, sendo que os dez primeiros cursos dos que concluíram o projeto são: Formação Pedagógica em História (FPH) – 11 alunos; Formação Pedagógica em Ciências Biológicas (FPC) – 8 alunos; Biblioteconomia (BIB) – 7 alunos; Formação Pedagógica em Matemática (FPM) – 7 alunos; Formação Pedagógica em Letras-Português (FPL) – 7 alunos; Gestão Pública (GPU) – 6 alunos; Segunda Licenciatura em Pedagogia (FSP) – 6 alunos; Administração (ADG) – 4 alunos; Formação Pedagógica em Educação Física (FPE) – 4 alunos e; Formação Pedagógica em Sociologia (FPS) – 4 alunos. Os demais cursos e respectivos quantitativos de acadêmicos que participaram podem ser observados na figura 1.

⁴ Administração (ADG), Análise e Desenvolvimento de Sistemas (ADS), Biomedicina (BBI), Biblioteconomia (BIB), Ciência Política (CPO), Ciências Contábeis (CTB), Criminologia (TCM), Dança (LDA), Design de Interiores (INT), Design Gráfico (GDG), Despachante Documentalista (TDD), Engenharia Ambiental e Sanitária (ENS), Engenharia de Software (BES), Enfermagem (EFM), Estética e Imagem Pessoal (TIP), Farmácia (BFR), Filosofia (FIL), Fisioterapia (BFI), Formação Pedagógica em Artes Visuais (FPV), Formação Pedagógica em Ciências Biológicas (FPC), Formação Pedagógica em Educação Especial (FEE), Formação Pedagógica em Educação Física (FPE), Formação Pedagógica em Filosofia (FFL), Formação Pedagógica em Física (FFI), Formação Pedagógica em Geografia (FPG), Formação Pedagógica em História (FPH), Formação Pedagógica em Informática (FPI), Formação Pedagógica em Letras - Inglês (FLI), Formação Pedagógica em Letras-Português (FPL), Formação Pedagógica em Matemática (FPM), Formação Pedagógica em Sociologia (FPS), Gastronomia (GSA), Geografia (GED), Gestão Ambiental (GAM), Gestão Comercial (GCO), Gestão da Qualidade (CGQ), Gestão da Tecnologia da Informação (GTI), Gestão de Recursos Humanos (RHU), Gestão de Saúde Pública (GSP), Gestão de Segurança Privada (TGP), Gestão de Serviços Jurídicos (CSJ), Gestão de Turismo (GTU), Gestão Hospitalar (HOS), Gestão Pública (GPU), Informática (LIN), Investigação Forense e Perícia Criminal (IPC), Letras - Inglês (LLI), Letras-Libras (Bacharelado) (BLR), Logística (LOD), Marketing Digital (TMD), Matemática (MAD), Nutrição (NTR), Pedagogia (PED), Podologia (POD), Processos Gerenciais (EMD), Psicopedagogia (LPS), Radiologia (RIA), Saneamento Ambiental (SAN), Segurança no Trabalho (SEG), Segurança Pública (SPU), Segunda Licenciatura em Artes Visuais (FSV), Segunda Licenciatura em Ciências Biológicas (FSC), Segunda Licenciatura em Educação Especial (FAE), Segunda Licenciatura em Educação Física (FSE), Segunda Licenciatura em Filosofia (FSF), Segunda Licenciatura em Física (SLF), Segunda Licenciatura em Geografia (FSG), Segunda Licenciatura em História (FSH), Segunda Licenciatura em Informática (FSI), Segunda Licenciatura em Letras-Espanhol (SLE), Segunda Licenciatura em Letras-Libras (SLB), Segunda Licenciatura em Letras-Português (FSB), Segunda Licenciatura em Pedagogia (FSP), Serviço Social (SES), Sistemas de Informação (BSI), Tecnologia em Agrocomputação (TAC) e Terapia Ocupacional (BTO).

⁵ Os dados da versão inicial do artigo foram revistos em conformidade com o que foi solicitado pelos pareceristas. A partir da revisão observou-se que havia ocorrido uma duplicação de dados da planilha disponibilizada pela instituição. Por conta disso, todos os dados foram ajustados.

Figura 1 - Cursos dos alunos que concluíram o projeto de extensão por curso



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da extensão fornecidos pela Uniasselvi.

Além de acadêmicos de mais de 55 cursos da instituição, de diferentes áreas do conhecimento, podemos observar que eles são provenientes ou vivem majoritariamente em Santa Catarina, Bahia, Rio Grande do Sul, São Paulo, Goiás, Rio de Janeiro e Pernambuco.

A diversidade dos dados apresentados revela o interesse dos acadêmicos por uma maior compreensão de como as questões políticas são deliberadas e impactam nas suas comunidades locais. Além disso, também demonstra um ativismo dos acadêmicos para que possam não apenas acompanhar, mas também participar das decisões por meio do acompanhamento das discussões e, em alguns casos, de manifestações em momentos específicos.

Agora que já apresentamos um panorama dos participantes do projeto, cabe apresentarmos e refletirmos sobre as potencialidades e os desafios a partir das percepções dos acadêmicos que o concluíram. Estas reflexões tomam como base os formulários de autoavaliação e os relatórios que os acadêmicos enviaram no seu AVA. Estes documentos devem ser preenchidos na área destinada à extensão no ambiente virtual de aprendizagem do acadêmico após a conclusão do projeto. O formulário é composto por dez questões objetivas, conforme segue na tabela 02⁶.

⁶ Cabe mencionar que os acadêmicos autorizaram a coleta e o tratamento dos dados preenchidos pela Uniasselvi.

Tabela 2 – Questões do formulário de autoavaliação que os acadêmicos devem preencher

Perguntas	Respostas no estilo escala Likert
1) Considero que a atividade extensionista contribuiu para formação acadêmica do estudante	Discordo totalmente Discordo Não discordo nem concordo Concordo Concordo totalmente
2) Considero que a atividade extensionista gerou impacto no desenvolvimento das competências pertinentes ao curso e ao mercado de trabalho	Discordo totalmente Discordo Não discordo nem concordo Concordo Concordo totalmente
3) Considero que o estudante atuou de forma engajada e se dedicou na atividade extensionista	Discordo totalmente Discordo Não discordo nem concordo Concordo Concordo totalmente
4) Considero que a atividade extensionista contribuiu para formação cidadã do estudante, possibilitando vivência e conhecimentos	Discordo totalmente Discordo Não discordo nem concordo Concordo Concordo totalmente
5) Considero que a atividade extensionista possibilitou interação da comunidade acadêmica com a sociedade, gerando trocas de conhecimentos presentes no contexto social	Discordo totalmente Discordo Não discordo nem concordo Concordo Concordo totalmente
6) Considero que a atividade desenvolvida foi de fácil realização e permitiu a participação de todos	Discordo totalmente Discordo Não discordo nem concordo Concordo Concordo totalmente
7) Considero que a atividade extensionista foi inovadora e atende as necessidades da sociedade de acordo com cenário atual	Discordo totalmente Discordo Não discordo nem concordo Concordo Concordo totalmente
8) Considero que a atividade extensionista gerou um impacto social significativo nesta comunidade	Discordo totalmente Discordo Não discordo nem concordo Concordo Concordo totalmente
9) Considero que a atividade extensionista realizada deixou contribuições efetivas para comunidade para além da sua conclusão, promovendo mudanças onde foi desenvolvida	Discordo totalmente Discordo Não discordo nem concordo Concordo Concordo totalmente
10) Identifico que a atividade extensionista produziu mudanças na própria instituição superior a partir da construção e aplicação de conhecimentos acadêmicos e sociais	Discordo totalmente Discordo Não discordo nem concordo Concordo

	Concordo totalmente
Fonte: Elaboração própria com base nos dados da extensão fornecidos pela Uniasselvi.	

As primeiras cinco questões, que são referentes as contribuições da extensão para o desenvolvimento profissional dos acadêmicos, tiveram a maioria das respostas assinaladas em “concordo totalmente” e “concordo”, o que revela que, de fato, o projeto atendeu a um de seus propósitos maiores. Entre as questões seis e dez, que são associadas ao desenvolvimento da atividade e percepção sobre as contribuições para a comunidade, as respostas também ficaram concentradas em “concordo” e “concordo totalmente”, mas identificamos respostas assinaladas em “não concordo nem discordo”, “discordo” e “discordo totalmente”.

Como o formulário é composto por questões objetivas, não é possível verificar as razões destas aparições. Deste modo, lemos os relatórios dos acadêmicos, que é composto por questões discursivas, a fim de compreender melhor as suas percepções e experiências. Este foi composto por sete questões discursivas, como: informe o Estado em que realizou a atividade; informe a quantidade de pessoas da comunidade que foram impactadas com a atividade; relate como foi sua experiência na realização da atividade e de que forma esta ação contribuiu para o seu aprendizado; informe se identificou alguma dificuldade na realização da atividade; e entre outras.

Selecionamos as duas últimas mencionadas (relato da experiência e identificação das dificuldades) para compreender melhor as vivências dos acadêmicos, especialmente buscando compreender as potencialidades e os desafios do projeto a fim de que possamos aprimorá-lo. No que tange à primeira pergunta, os relatos dos acadêmicos destacam diversas potencialidades do projeto de extensão, sobretudo no que diz respeito à formação cidadã e à aproximação entre a população e o Poder Legislativo municipal.

A partir dos relatos foi possível notar que a experiência permitiu que os participantes conhecessem de perto o funcionamento da Câmara de Vereadores, assistissem a sessões legislativas e compreendessem a dinâmica de debates e votações de projetos de lei. Muitos acadêmicos relataram que nunca haviam frequentado a Câmara antes do projeto, o que demonstra como a iniciativa foi capaz de romper barreiras de acesso e desmistificar a atuação política. Além disso, o projeto possibilitou o desenvolvimento de habilidades como comunicação, análise crítica e argumentação, além de promover a conscientização sobre o papel dos vereadores na mediação entre os interesses da população e a administração pública. Também foi notável o impacto em comunidades pequenas, onde os estudantes atuaram como agentes transformadores ao incentivar a participação política e fortalecer a visão crítica de seus alunos ou grupos comunitários. A prática direta na Câmara reforçou o aprendizado teórico, demonstrando o impacto prático do Legislativo nas demandas sociais e nas políticas públicas locais.

Apesar das contribuições positivas, os acadêmicos enfrentaram desafios ao longo do projeto, que foram explicitados nesta primeira pergunta e novamente mencionados na segunda questão, que era específica sobre esta temática. Na questão dos relatos, entre os desafios, figuraram os relacionados ao engajamento e à percepção pública sobre a política local. Em cidades pequenas, foi identificado um desinteresse generalizado pela política, além de desconfiança em relação aos vereadores, muitas vezes associados a interesses partidários e pessoais. Essa realidade dificultou o envolvimento inicial dos alunos nas atividades propostas, demandando esforços pedagógicos adicionais, como discussões mais profundas sobre democracia e cidadania. Outro obstáculo foi a baixa participação popular nas sessões

legislativas, evidenciando a necessidade de estratégias mais eficazes para mobilizar a comunidade. Além disso, alguns acadêmicos apontaram que a estrutura e as dinâmicas da Câmara podem ser limitadas por vaidades políticas, entraves burocráticos e falta de representatividade plena, o que desmotivou parcialmente o engajamento de certos participantes. Esses desafios reforçam a importância de um trabalho contínuo para sensibilizar a população sobre a relevância do Legislativo e criar um espaço político mais inclusivo e acessível.

Os relatos dos acadêmicos destacaram uma combinação de dificuldades e facilidades enfrentadas durante o projeto de extensão. Entre os desafios mais recorrentes, destaca-se a dificuldade em mobilizar a comunidade para participar das sessões da Câmara de Vereadores. Em cidades menores, foi identificado um desinteresse generalizado pela política local, resultando em baixa presença nas atividades legislativas. Além disso, a falta de compreensão sobre a relevância do Legislativo por parte da população dificultou o engajamento.

No caso da segunda questão, que era voltada para as dificuldades, diversos acadêmicos relataram não ter encontrado dificuldade. Contudo, outros procuraram destacar algumas delas. Além das já mencionadas, também figuraram: falta de familiaridade dos acadêmicos com os procedimentos legislativos; complexidade da linguagem técnica e a análise de documentos legislativos, como projetos de lei e atas, que tornaram mais difícil a interpretação dos debates e decisões tomadas durante as sessões; insegurança pessoal, como nervosismo ao falar em público ou apresentar o projeto na tribuna, especialmente por aqueles menos acostumados com o ambiente político; incompatibilidade de horários das sessões com compromissos pessoais e acadêmicos; e a logística de deslocamento para locais distantes.

A comunicação inicial com a Câmara foi outro ponto crítico para alguns participantes, que relataram resistência ou dificuldade em explicar os objetivos do projeto aos vereadores e funcionários. Por outro lado, muitos acadêmicos elogiaram a receptividade das equipes legislativas e relataram que não enfrentaram dificuldades expressivas. Houve relatos de acolhimento por parte dos vereadores e servidores, que facilitaram o acesso às informações e colaboraram com as atividades propostas. Para muitos, o ambiente foi considerado acolhedor, o que contribuiu para a execução tranquila do projeto.

Para aprimorar o projeto de extensão no contexto da modalidade EAD e considerando a diversidade de realidades regionais dos acadêmicos, é necessário adotar estratégias que integrem a formação política com o impacto comunitário. No que tange à falta de familiaridade dos acadêmicos com os procedimentos legislativos, é possível incluir na etapa inicial do projeto sugestões de vídeos curtos e outros materiais que auxiliem no esclarecimento contextualizado sobre o funcionamento do Poder Legislativo. Da mesma forma, nesta etapa também é possível incluir alguns exemplos de documentos legislativos que podem auxiliar os acadêmicos a começarem a se familiarizar com a linguagem técnica e a análise de documentos legislativos. No caso dos acadêmicos que são da Ciência Política, também podemos ampliar os exemplos desta documentação nas disciplinas que são de Ciência Política.

No que se refere à incompatibilidade de horários das sessões e a logística de deslocamento para locais distantes, seria possível ponderar sobre a possibilidade de uma ou outra sessão ser acompanhada de forma remota para a realização de suas análises, mas sem perder de vista a necessidade de a extensão ser realizada presencialmente.

Com relação à dificuldade de apresentar os resultados para a comunidade, seria interessante ponderarmos sobre as possibilidades a partir da consideração sobre a diversidade dos

participantes, oferecendo opções flexíveis para comprovação de aprendizado, como relatórios, apresentações virtuais ou vídeos curtos. Nós já propusemos uma alternativa, conforme explicitada na tabela 01, mas sabemos que há outras possibilidades. Uma delas seria os acadêmicos realizarem oficinas ou palestras sobre democracia, cidadania e o papel do Legislativo após a sua participação como uma forma de apresentar aquilo que acompanharam nas sessões. Outra possibilidade seria disponibilizar as reflexões que realizaram em forma de relatório acessíveis para a comunidade, que explicariam as decisões tomadas e destacariam a relevância do acompanhamento legislativo. Por fim, outra possibilidade seria compilar os resultados dos questionários e/ou entrevistas realizadas com a comunidade em forma de relatórios compilados em relatórios, e apresentados às Câmaras Municipais, promovendo uma interação concreta entre a população e seus representantes.

Considerações Finais

A extensão universitária tem como um de seus princípios norteadores a Universidade ter sensibilidade com os problemas e apelos da sociedade, priorizando ações que visem a superação da desigualdade e da exclusão social no Brasil (MELLO, ALMEIDA NETO e PETRILLO, 2022). Ao longo da sua existência, a Uniasselvi tem procurado atender a estes objetivos de formas diferenciadas. Uma destas formas, isto é, a partir do projeto de extensão “A importância do legislativo municipal no âmbito da democracia representativa”, que foi criado dentro do curso de Ciência Política. O projeto visa a promoção da educação política dos acadêmicos de Ciência Política, em particular, e de outros cursos da instituição, em geral. Ele também procura a aplicação dos conhecimentos teóricos adquiridos nos cursos às realidades políticas locais, desenvolvendo habilidades de pesquisa, análise e comunicação.

Neste artigo buscamos analisar a participação dos acadêmicos no projeto, considerando as informações institucionais, os questionários e os relatórios que foram entregues. Para lograr o objetivo, apresentamos a nossa proposta e em seguida analisamos os dados quantitativos e qualitativos fornecidos pelos acadêmicos que concluíram o projeto, provenientes dos diferentes cursos de graduação da Uniasselvi. Numa próxima etapa da análise procuraremos dados adicionais, incluindo a possibilidade de inserção de entrevistas com os acadêmicos que realizaram o projeto, a fim de incrementar os insumos que utilizamos na nossa análise. Adicionalmente, isso favorecerá a ampliação das discussões sobre os impactos da extensão universitária para a formação cidadã dos discentes, contextualizando sua relevância no cenário educacional contemporâneo.

De forma geral, consideramos que o projeto teve um amplo interesse na instituição, que pode ser demonstrado pela participação de alunos provenientes de mais de 55 cursos da Uniasselvi, das mais diferentes áreas do conhecimento. Todos os 145 alunos que tiveram o projeto “A importância do legislativo municipal no âmbito da democracia representativa” deferido responderam positivamente às perguntas qualitativas e deixaram comentários pertinentes em seus relatórios. As respostas evidenciam alto engajamento, com relatos sobre a realização prática da atividade, locais atendidos, interação com a comunidade e aprendizado adquirido. Muitos destacaram o contato com instituições públicas, a importância da atuação do legislativo e o desenvolvimento de competências como comunicação e liderança. A análise cruzada confirma que os alunos não apenas realizaram o projeto, mas compreenderam sua relevância social e formativa, consolidando a proposta como uma experiência de extensão universitária efetiva.

De forma particular, a reflexão possibilitou que identificássemos que o projeto de extensão desempenhou um papel essencial na formação cidadã dos acadêmicos e na promoção do diálogo entre as comunidades locais e o Poder Legislativo. Por meio de atividades que aproximaram os participantes das dinâmicas legislativas e das necessidades locais, foi possível observar o potencial transformador de iniciativas que incentivam a participação política ativa e a compreensão crítica sobre o funcionamento da democracia representativa. Apesar dos desafios identificados, como a complexidade dos processos legislativos e as dificuldades logísticas enfrentadas pelos acadêmicos, as ações desenvolvidas contribuíram para o fortalecimento do vínculo entre os cidadãos e seus representantes políticos, além de fomentar um senso de responsabilidade social nos participantes.

Por fim, a partir das análises será possível ponderar sobre aprimoramentos do projeto de extensão, tornando-o mais inclusivo, flexível e adaptável às diversas realidades vivenciadas pelos acadêmicos. Igualmente, consideramos que os acadêmicos podem ser incentivados a continuar engajados politicamente, acompanhando a execução de projetos legislativos ou propondo soluções para problemas locais. Deste modo, continuaremos buscando formar cidadãos engajados e conscientes, capazes de transformar a realidade de suas comunidades e fortalecer as bases de uma democracia participativa e representativa contribuindo para a transformação social dos mais distintos locais do Brasil.

Referências

MEC – Ministério da Educação. **Resolução n.7, de 18 de dezembro de 2018.** Disponível em: [rces007_18](https://resolucoes.mec.gov.br/2018/12/18/resolucao-n-7-de-18-de-dezembro-de-2018/). Acesso em: 10 dez. 2024.

MELLO, Cleyson de Moraes; ALMEIDA NETO, José Rogério Moura de; PETRILLO, Regina Pentagna. **Curricularização da Extensão Universitária.** Rio de Janeiro: Processo, 2022.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).** Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 10 dez. 2024.

UNIASSELVI – Centro Universitário Leonardo Da Vinci. **Resolução n.141-A/2022.** Disponível em: <https://portal.uniasselvi.com.br/public/files/extensao/resolucao141.pdf> . Acesso em 10 de dez. 2024.